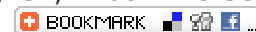


*Artigos Originais***A ÉTICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO HUMANO-GENÉRICO***Original Articles***ETHICS IN CONSTRUCTION OF A HUMAN-GENERIC EDUCATION**

Bárbara Oliveira Rosa\*

<http://lattes.cnpq.br/0960517528497234>  
[barbarass@hotmail.com.br](mailto:barbarass@hotmail.com.br)

Analúcia Bueno dos Reis Giometti\*\*

<http://lattes.cnpq.br/6629848680159202>  
[analuciagiometti@yahoo.com.br](mailto:analuciagiometti@yahoo.com.br)**CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ.**, Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)**RESUMO**

O artigo trata sobre a questão da ética na construção de uma educação humano-genérico. Em uma sociedade baseada em um “ethos” burguês, de valorização do consumo, do lucro, do individualismo, do egoísmo, essa concepção implica a retomada de valores humanistas na construção do saber. A ética está presente no campo dos valores, como uma categoria que contribui para recuperar os valores do humano-genérico. Baseado em Karl Marx e Agnes Heller, o conceito de humano-genérico se constitui como homem por inteiro, utilizando todas as suas capacidades e potencialidades. Seria o reconhecimento do “nós”, de se identificar com o outro pela igualdade, ser reconhecido e reconhecendo o outro enquanto ser humano. Para responder a essa questão, estudamos livros sobre as temáticas da educação, da ética e do humano-genérico. Através da pesquisa, conseguimos observar como a reflexão ética se faz essencial para buscar valores humano-genéricos na construção de uma educação voltada para a emancipação humana.

**Palavras-chave:** ética. humano-genérico. emancipação. educação.

**ABSTRACT**

This article deals with the issue of ethics in building a human-generic education. In a society based on a bourgeois ethos, recovery of consumption, profit, individualism, selfishness, it would be the resumption of humanistic values in the construction of knowledge. The ethics is inserted in the field of values, as a category which contributes to retrieve the values of the

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Bolsista CAPES.

\*\* Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

human-generic. Based on Karl Marx and Agnes Heller, the concept of human-generic man implies the study of the human being as a whole, using all their skills and potential. It would be the recognition of the "we", of identifying with the other equality, being recognized and recognizing the other as a human being. To answer this issue, we studied books about education, ethics and human-generic. Through this research we were able to see how ethical reflection is essential in the search of human-generic values and in the construction of an education to human emancipation.

**Keywords:** ethics. human-generic. emancipation. education.

## INTRODUÇÃO

Nosso estudo se constitui sobre a reflexão ética como uma categoria essencial para a construção de uma educação humano-genérico. Atualmente nossa sociedade se constitui com valores individualistas e egoístas. Os valores são reflexos do modo como nos organizamos em uma sociedade que valoriza o lucro e o consumo mais do que os seres humanos. Isso reflete significativamente na educação, em nossa vida e nos nossos valores.

Assim, o objetivo de nosso estudo é relacionar a temática da ética e do humano-genérico, analisando como a ética contribui para a retomada dos valores humano-genéricos e qual a contribuição dessas questões para a educação. Para o desenvolvimento da metodologia, o trabalho está baseado no método histórico dialético, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, abordando as temáticas da ética, do humano-genérico e da educação. Nosso referencial teórico está fundamentado, dentre outros, em autores como Karl Marx, Agnes Heller, Maria Lúcia Barroco, José Paulo Netto, Paulo Freire e Edgar Morin.

O artigo ficou dividido em duas partes: a primeira parte, a "Ética na busca do humano-genérico", trazendo um retrocesso histórico do conceito ética, correlacionando com o conceito de moral, emancipação, liberdade e Estado, questionando "o Estado burguês tem dado possibilidades de uma emancipação humana?". O segundo tópico, "Educação e ética: na construção de uma educação humano-genérico", reflete como a educação se constitui atualmente e na busca de uma educação voltada para valores humano-genéricos, por uma educação mais humana.

Portanto, a relevância de nossa pesquisa se constitui na medida em que estuda como a reflexão ética contribui para a retomada de valores do humano-genérico, buscando uma educação que visa a emancipação humana.

## ÉTICA NA BUSCA DO HUMANO-GENÉRICO

Os principais filósofos que começaram com a discussão ética foram Sócrates, Platão e Aristóteles. Porém, na Grécia Antiga, se destacaram também os sofistas (perpassava uma moral relativista), os cínicos (viviavam conforme a natureza), estoicos (perpassava uma moral baseada no sofrimento) e os epicuristas (que buscavam o prazer e a negação da dor).

Sócrates teve um papel primordial na filosofia. Sócrates passa a investigar e refletir sobre a vida. Através dos escritos de Platão, acreditava que para ter uma vida feliz era necessário ter suas ações baseadas na virtude, demonstra a reflexão entre o homem e ação. Sócrates estudou a virtude, a moral e o Sumo Bem. Para Sócrates, a razão, o conhecimento de si mesmo, “conhece a ti mesmo”, conhecendo suas falhas, sua ignorância, que possibilita o homem conhecer o bem. Por isso, ele dizia “só sei que nada sei”, defendendo que essa era a ideia primeira do ser humano, o método dialético de Sócrates era baseado na dúvida, no questionamento (BUCKINGHAM et al., 2011).

Já Platão (2004) afirma que existe um “Bem Supremo”, que fundamenta a ação do homem, através da justiça. Este também se divide em uma ética social, baseada na teoria política, e em uma ética individual, baseada na conduta individual do ser humano. Para ele, os homens buscam a felicidade e isso é à base do seu estudo moral. Este acredita que existem dois mundos, o da ideia, que é eterno e imutável, e o mundo material, que está propenso à mudança. Os seres humanos eram divididos em duas partes: o corpo, que nos ajuda compreender o mundo material, e a alma, que por meio da razão compreendíamos o mundo das ideias.

Discípulo de Platão, Aristóteles (BUCKINGHAM et al., 2011) difere desta concepção idealista. A partir de pesquisas no mundo natural, percebeu que o mundo a nossa volta que era a realidade. Também discordava da concepção que nascemos com uma capacidade inata, como afirmava Platão, para ele nossas capacidades eram desenvolvidas. Assim, Aristóteles conclui que era a ação que determinava o modo, a essência do ser. Para ele o homem era um animal racional, acreditando que a razão era a principal característica do homem.

Aristóteles (1985), no seu livro a “Ética Nicômaco”, é o primeiro a formular o conceito de ética, aprofundando-se sobre a temática. Assim, ética, para Aristóteles,

é a capacidade de transformar um fim (pensado) em um bem (realizado). O fim desejado é a felicidade, existindo as virtudes éticas que são as virtudes que se concebem na prática e as dianoéticas, que são as virtudes intelectuais. Assim, Aristóteles vai falar sobre a responsabilidade dos indivíduos sobre seus atos, para ele a virtude está ligada a razão, por isso o ser humano tem capacidade de ser virtuoso.

No período medieval o homem deixa de ser centralidade e Deus passa a ser o centro da filosofia. Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino vão ser os percussores dessa época. Acreditava-se que o homem tinha que fazer o bem, para atingir a perfectibilidade. Para Santo Agostinho, existe o amor que pensa em si e o amor que pensa em Deus, conseqüentemente no outro. São Tomás falava das virtudes aristotélicas, que ele chamava de virtudes cardinais, discorrendo sobre a caridade, a fé e a esperança (BUCKINGHAM et al., 2011).

Com a renascença, o homem passou a ser visto de outra maneira, o mundo passa de teocentrismo para antropocentrismo, no qual o homem ganha o papel principal, a ciência e a razão substituem dogmas religiosos. Depois, com Maquiavel (1973), na Era Moderna, há um distanciamento da religião e da ética, mostrando no livro “O Príncipe” que o fim do governo é manter o poder, agindo de acordo com a conveniência e não com os princípios éticos.

Os jusnaturalistas ou contratualistas acreditavam que a sociedade passou por um “estado natural” e que precisava de um contrato. Um dos seus principais pensadores é Hobbes (2009). Para ele o ser humano é um ser físico, animal, por isto, deveria haver um Estado forte, centrado, com legislações. Sem isto, sem este Estado, sem o contrato social, o homem estaria em guerra de todos contra todos, seria como animais selvagens.

Já para Locke (2005) existiam direitos naturais: o direito à vida, à propriedade, à liberdade e o direito moral, que fundamentaria todos os outros direitos. O dever do Estado estaria em garantir esses direitos naturais. Rousseau (2011) contraria Hobbes e Locke, dizendo que o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe, a propriedade privada que fazem os homens entrar em guerra, por isso, para ele a desigualdade social deve ser eliminada, a vontade geral deve ser respeitada e aplicada, sendo o dever do Estado garantir a vontade geral, só assim o homem atingiria sua liberdade.

Assim, por meio desse histórico de várias concepções, podemos afirmar que a ética estabelece relação entre o humano singular e o humano genérico, entre o homem e sua consciência, tendo seu objeto de estudo a moral. A ética é uma capacidade humana necessária para a concretização da sociabilidade, é a capacidade de escolher conscientemente por meio do valor individual e sua concretização objetiva através da ação na vida social. “Ética vem do grego *ethos*, que significa ‘modo de ser’ ou ‘caráter’, enquanto forma de vida também adquirida pelo homem.” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1975, p.14).

Atualmente compreende-se ética como ciência, filosofia ou estudo da moral. A ética se caracteriza por princípios gerais e é presente em todas as sociedades. Surge da necessidade do homem entender o agir, da reflexão de como agir, ou seja, é a capacidade de agir conscientemente do homem, “[...] a ética é, antes de tudo a preocupação com o outro.” (DROIT, 2012, p. 37).

Por tanto, a ética nos possibilita fazer a crítica a vida cotidiana, desmistificando os preconceitos, buscando a liberdade e possibilitando escolhas conscientes. A vida cotidiana é uma dimensão necessária da vida e se constitui como o espaço das generalizações, do senso comum, do hábito, do imediato. Para sairmos da condição de reprodução, alienação da vida, temos que superar o cotidiano:

O homem participa na vida cotidiana de todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentimentos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias. (HELLER, 1972, p. 17).

A ética é orientada pela práxis. Os valores não são apenas subjetivos. Estes são também objetivos. A ética é uma capacidade humana necessária para a concretização da sociabilidade, é a capacidade de escolher conscientemente por meio do valor individual e sua concretização objetiva através da ação na vida social.

A moral seria o estudo dos costumes, este se altera de acordo com a cultura, a época e a história. Esta advém da necessidade de normas e deveres, integra o indivíduo e a sociedade, um indivíduo e outro. A intenção da moral é de concordar os interesses de cada um com o interesse coletivo. A moral está relacionada aos costumes, com a cultura, com a coletividade, são conjuntos de valores que regulamentam o agir do homem.

Na nossa sociedade, a moral serve para legitimar a ideologia da classe dominante, deste modo as escolhas não são conscientemente livres, pois elas sofrem direcionamentos por ideologias coercitivas, que oculta às contradições.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual; de tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio. (MARX; ENGELS, 2007, p. 55-56).

A ideologia dominante gera uma falsa consciência. Esta não corresponde com a realidade vivida pelos sujeitos, pois naturaliza e fragmenta as relações de produção. Mascara as relações de poder. A ideologia dominante é perpassada pela mídia, pela igreja, escola, mas não só. O Estado também é uma instância que perpassa a ideologia.

Platão (2004, p. 25), foi um dos primeiros a questionar e a relacionar a questão da ética com a política, mostrando, já em seus discursos, como a política não tem neutralidade:

Certamente que cada governo estabelece as leis, de acordo com a sua conveniência: a democracia, leis democráticas, a monarquia, monárquicas; e outros, da mesma maneira. Uma vez promulgada essas leis, fazem saber que é justo para os governos aquilo que lhes convém, e castigam os transgressores, a título de que violaram a lei e cometeram uma injustiça. Aqui tens, meu excelente amigo, aquilo que eu quero lhe dizer, ao afirmar que há um só modelo de justiça em todos os estados, o que convém aos poderes constituídos. Ora, estes é que detém a força. De onde resulta, para quem pensar corretamente, que a justiça é a mesma em toda a parte: a conveniência do mais forte.

Segundo Paulo Netto (2008, p. 19), Hegel critica a teoria do Estado de Adam Smith, dizendo que é impossível que cada sujeito busque individualmente o seu interesse e atinja o “bem comum” ao mesmo tempo. Hegel crítica a mão invisível do

Adam Smith, como um mito e afirma que o Estado que pode conduzir ao “bem comum” e que é o Estado que introduzir o princípio da racionalidade universal.

Já o teórico Karl Marx (2010) rompe com idealismo hegeliano e passa a enxergar o Estado dentro de um processo histórico. Para ele, o Estado reflete os interesses da classe detentora do poder econômico, apesar da falsa ideia de que este está acima dos interesses, de que este possuiu uma neutralidade. O Estado visa o interesse de uma classe e é expressão de alienação:

O Estado tem funções universalizantes, mas o núcleo de sua natureza é classista. O estado tem uma natureza de classe. Durante sua vida e na sua longa trajetória de reflexão, Marx formulará de diferentes formas essa sua compreensão do Estado, porém, num primeiro momento, fará uma afirmação que deixa algumas pessoas hoje arrepiadas: O executivo do Estado moderno é o comitê que gere os interesses comuns da burguesia. (PAULO NETTO, 2008, p. 22).

Segundo Coutinho (1994), Marx crítica Hegel, que pensa em um Estado neutro que representa a vontade geral, dizendo que o Estado tem sua gênese nas relações sociais concretas e nas relações de produção. Portanto, o Estado é um estado de classe, um estado burguês, ou como Marx chama é o “comitê da burguesia”, que visa o interesse da classe burguesa e a garantia da propriedade privada, marcado por ser uma instituição opressiva, repressora e coerciva. Que despolitiza a sociedade à medida que se apropria das decisões. Para Marx, só seria possível uma mudança, se houvesse uma explosão da guerra oculta que acontecia entre a classe operaria e burguesa. Essa explosão seria uma ruptura violenta e súbita contra a classe opressora, portanto, a classe tinha que estar armada e organizada, através da educação de base, possuir uma consciência de classe. Lênin, seguindo esta mesma visão de Estado, pensa o Estado como coercivo, em que a dualidade de poderes só pode ser resolvida pela redução ao nada. Assim, o aparelho estatal deve ser quebrado ou destruído através de uma revolução violenta e armada. Friedrich Engels, anos mais tarde, vai começar a visar o Estado como fruto de um contrato, vendo que atores importantes da classe trabalhadora também poderiam estar ocupando o Estado, como parlamento, partidos políticos.

Já Gramsci (1975), anos mais tarde, se destaca principalmente pela sua visão política prática, baseando seus princípios em condições materiais e concretas. Portanto, ele dizia que a revolução não “cairia do céu”, esta teria que ser duramente conquistada por meio do que ele chamava de intelectual orgânico, conceito esse que

foi utilizado pelo autor para definir os intelectuais que pertencem a cada grupo social, esses são fundamentais para manutenção ou mudança da estrutura social. Assim, em Gramsci (1975), o Estado se constitui em um espaço contraditório, ao mesmo tempo em que garante direito, é uma instituição coerciva e opressora. O Estado é correlação de forças entre as classes e pode ser um espaço de autodefesa do capitalismo e dos interesses da classe dominante. Assim, ele se constitui como um espaço contraditório que pode ser tanto transformador como conservador.

A democracia neste contexto só serve para revestir e ludibriar o capitalismo. “Somos todos cidadãos, membros da sociedade burguesa (civil se preferirem), como todos, portanto, capital.” (IASI, 2007, p. 56). Como vemos hoje que através de um discurso de “liberdade, igualdade e fraternidade” o Estado se esconde atrás de um posicionamento de neutralidade, proporciona uma igualdade política, mas por outro lado proporciona/mantém uma desigualdade econômica e social. “O estado pode ser livre sem que o homem seja um homem livre.” (MARX, 2010, p. 39)

De tal modo, temos que diferenciar emancipação política e emancipação humana. No livro *A Questão Judaica*, Marx (2005) faz uma crítica a Bruno Bauer, expondo a diferença entre emancipação política e humana. Dizendo que a emancipação política é a emancipação da burguesia, parcial, no qual são conservadas as diferenças de classe e a exploração humana. Já a emancipação humana é a do proletário, que é superação da exploração do homem pelo homem.

Mas, ao mesmo tempo, é preciso ter claro que a emancipação política não é emancipação humana. A emancipação humana supõe a ultrapassagem de uma sociedade civil onde a norma é a desigualdade. A emancipação humana não é redutível à emancipação política. A emancipação política é importante e é preciso preservá-la, mas está longe de permitir a constituição de uma comunidade humana. (PAULO NETTO, 2008, p. 28).

A emancipação política se constitui no sentido de que “todos são iguais perante a lei”, mas os sujeitos não têm oportunidades sociais e econômicas iguais. A democracia de fato não se efetiva em um espaço que o capital se apropria desta. “Significa que, se queremos homens e mulheres emancipados, teremos que nos livrar das classes sociais e do Estado, ou seja, uma sociedade emancipada é uma sociedade sem Estado.” (PAULO NETTO, 2008, p. 27).

Nesse contexto, como podemos falar de liberdade? Hoje quando falamos sobre liberdade relacionamos com uma liberdade individual, baseada em discursos



meritórios, culpabilizadores, individualistas, entre outros. Aristóteles afirmava que a essência da ética é a liberdade. Para este, há três concepções principais de liberdade: ausência de restrições, liberdade em relação alguma coisa e como possibilidades de escolhas. O conceito de liberdade se faz essencial para se entender ética, liberdade é a possibilidade de efetivação da ética. Liberdade é o dever de garanti-la a todos os indivíduos oportunidades de escolhas, é a capacidade de escolher e agir conforme sua vontade, assumindo a responsabilidade perante aquele ato.

Assim, para falar em liberdade, temos que levar em consideração que não existe liberdade de escolhas sem meios objetivos para concretizá-los. “As alternativas abrem espaço para escolhas: gênese da liberdade. Pois a liberdade para Marx não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolha entre elas.” (BARROCO, 2010, p. 26).

Outra categoria importante para a ética é o valor. Este se faz importante na medida em que o valor permeia as nossas escolhas. A ética se baseia nos valores, a ligação que os humanos têm uns com outros é mediada pelos valores. Os valores éticos somente se objetivam mediante ações práticas, sendo resultado da decisão e escolha de um sujeito coletivo (BARROCO, 2004, p. 32).

Cada valor tem uma característica particular, porém este ganha um sentido relativo já que cada pessoa o significa subjetivamente. Assim, os seres humanos sempre se baseiam em valores, não existindo, portanto uma neutralidade.

Impossível que eu seja uma consciência pura, desligando de tudo que por complicadas interferências, descubra o mundo exterior. Este é um dado tão primeiro quanto minha subjetividade. Pois bem, o mundo nos seus componentes não é neutro para nós. As coisas e os seres todos tem uma nota peculiar em relação do sujeito que se encontra imerso nelas são elas boas ou más, feias ou belas, uteis ou inúteis, em suma apresentam um valor para nós. Seja o do belo, o do bem, o da utilidade ou o do sagrado, ou ainda um de seus anti valores ou valores negativos. Assim não existem atos indiferentes em concreto, tudo na vida tem seu valor ou desvalor. (MACEDO, 1971, p. 11).

Existe um valor objetivo no objeto, e a partir do contato humano é que surgem as impressões e os valores sobre o objeto. “O termo valor está indissoluvelmente ligado ao termo preferência. Onde não houver uma preferência que rompa a

indiferença ou a igualdade entre as coisas, o valor não se manifesta.” (PADILLA, 2012, p.108)

Os valores da sociedade burguesa tem como principio básico o lucro, neste contexto, o homem é vendido, desumanizado, constituindo uma moral individualista baseada em si mesmo e não no coletivo, “a minha liberdade termina aonde começa a do outro,” assim, o ser humano não se identifica com o outro, mas o vê o outro como um empecilho para sua própria liberdade.

O outro não é visto apenas como um estorvo: para o ethos individualista, o outro é o inferno, como bem mostrou Sartre, pois ele pode colocar limites á liberdade individual. Além disso, devido à reificação das relações sociais, o outro é tratado como objeto descartável, pois a lógica mercantil supõe relações efêmeras e o fugaz não implica compromissos; logo não existe uma ética fundada em uma cumplicidade entre pares que tem um mesmo projeto e compartilham valores comuns. (BARROCO, 2010, p. 160).

No cotidiano a moral não se constitui de forma crítica, pelo contrário, esta se dá pelos costumes, repetições, tende a se torna hábitos, “sempre foi assim”. Assim ela reproduz o ethos dominante, por meio da ultra generalização, do imediato e da superficialidade, reproduzindo preconceitos, estereótipos, alienação e um “moralismo”.

Portanto, para que a ética não reproduza os componentes alienantes e para se atingir os valores humano-genéricos, é necessário que ela se caracterize pela suspensão da cotidianidade, que ela tenha uma perspectiva totalizante, crítica, que nos faça pensar, questionar, que possibilite desvelar o real, o movimento da realidade. Desde modo, todo sujeito é um ser ético, a ética não esta ligada em julgamentos, mas sim em reflexão, portanto, não existe ninguém sem ética, existem pessoas que tem uma postura antiética.

É de extrema importância esse tratamento ontológico da ética, pois possibilita a compressão da ação ética enquanto capacidade específica do homem. A constituição do ser social é representada pela autoconstrução, na relação entre necessidades e a busca por responder essas mesmas necessidades, por meio das mediações como, por exemplo, a consciência e o conhecimento, portos pelo desenvolvimento do trabalho. O agir ético é orientado por valores e princípios escolhidos de forma consciente pelos indivíduos sociais, mas essa autonomia frente às escolhas é relativa diante de determinadas condições históricas. O ser social pode construir alternativas diante de suas necessidades, para escolher de forma consciente dentre as alternativas. O indivíduo, nesse sentido,

comporta-se como um sujeito ético, ao fazer escolher de forma consciente e livre diante das alternativas. (BRITES E BARROCO, 2000: 22 apud SILVA, 2011, p. 53).

A ética possibilita a elevação do ser humano, possibilita este atingir o humano-genérico, de modo que este se reconhece no outro, se coloque no lugar do outro em uma perspectiva de identidade e não de alteridade. “[...] a proposição que homem está alienado do seu ser genérico significa que um homem está alienado de outro, como que cada um deles da essência humana.” (SILVEIRA; DORAY, 1989, p. 52).

Vivemos em um período em que o homem não se reconhece no outro e conseqüentemente não reconhece a si mesmo como humano. “Sozinhos certamente não podemos ver reconhecida nossa humanidade, conseqüentemente não nos reconhecemos como humanos. Ter uma identidade humana é ser identificado e identificar-se como humano!” (CIAMPA, 2007, p. 38).

Por tanto, temos que buscar uma identidade coletiva, humano-genérica, porque antes de sermos Paula, Pedro e João, antes de sermos jardineiros, assistentes sociais e professores, somos todos seres humanos. “O homem enquanto ser humano-genérico não pode conhecer e reconhecer adequadamente o mundo a não ser no espelho dos demais.” (HELLER, 1972, p. 84)

Assim, a ética nesse contexto surge como um ato de religação, de religação do homem com o próprio homem, do homem com o outro, do homem com a humanidade. Só podemos construir o eu, porque existe o outro.

Quando olhamos por alto as pessoas, ressaltam suas diferenças: negros e brancos, homens e mulheres, seres agressivos e passivos, intelectuais e emocionais, alegres e tristes, radicais e reacionários. Mas, à medida que compreendemos os demais as diferenças desaparecem e em seu lugar surge a unicidade humana: as mesmas necessidades, os mesmos temores, as mesmas lutas e desejos. Todos somos um. (SERRÃO; BALEEIRO, 1999, p. 15).

Assim, para Heller (1972, p. 20), o humano-genérico é o ser humano por inteiro. Seria a capacidade de usar todas as capacidades, possibilidades e habilidades humanas, o homem vivendo livremente e inteiramente, sendo mudança, criação, criatividade, sendo vida. Tendo o trabalho como categoria ontológica central, mas não este trabalho que aliena, que explora, que é um castigo como se

constitui em nossa sociedade, mas um trabalho para a emancipação humana, que o humanize.

Para buscarmos a emancipação humana temos que resgatar os valores humano-genéricos, pois só através do coletivo, que se pode buscar uma emancipação, afinal “[...] ninguém se ‘desaliena’ e se emancipa sozinho.” (PAULO NETTO, 2008, p. 33)

[...] a emancipação humana supõe a ultrapassagem da relação capital/trabalho, a supressão das classes sociais e, por consequência, do Estado. Exige ainda a transformação do trabalho (que é, hoje, pertinência, castigo), do trabalho alienado, assalariado, em algo que seja a objetivação das potencialidades humanas (PAULO NETTO, 2008, p. 30).

## **EDUCAÇÃO E ÉTICA: NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO HUMANO-GENÉRICO**

Portanto, se faz essencial estudar a educação atualmente como um mecanismo transformador que busca a emancipação humana. Assim, para Marx (2005), a emancipação humana é a superação do capitalismo, a eliminação da propriedade privada, da desigualdade social, da exploração do homem pelo homem. Por isso, para pensarmos em educação revolucionária, é necessário perceber que esta é perpassada por uma instituição e tem um fundamento histórico. Por tanto, a educação se constitui de forma dialética, sendo que o modo em que vivemos, que nos relacionamos reflete na construção da mesma.

Atualmente a educação se desenvolve voltada para o mercado de trabalho. Esta tem um poder ideológico coexistindo ou para manutenção deste modelo societário. A educação bancária ou burguesa é um dos mecanismos que perpassa a ideologia dominante como podemos perceber por meio da explanação de Freire, exemplificando como a ideologia dominante detém o poder de coerção:

O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-lo e procurar outro emprego. O mito de que esta “ordem” respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo apreço. O mito que todos, bastando não ser preguiçosos, pode chagar a ser empresários – mais ainda, o mito que o homem que vende, pelas ruas, gritando: “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual como o dono de

uma grande fabrica. O mito de o direito de todos a educação, quando o numero de brasileiros que chegam a escola primaria do pais e dos que nela conseguem permanecer é chocantemente irrisória. O mito da igualdade de classe, quando o “sabe com quem você ta falando?” é ainda uma pergunta dos nossos dias. O mito do heroísmo das classes opressoras, como mantenedora da ordem que encarna a “civilização ocidental e cristã” que defende da “barbárie materialista” [...] O mito de que a rebelião do povo é um pecado contra deus. O mito da propriedade privada, como fundamento e desenvolvimento da pessoa humana desde, porém, que as pessoas humanas sejam apenas os opressores. O mito da operosidade dos opressores e o da preguiça e desonestidade dos oprimidos. O mito da inferioridade “ontológica” destes e o da superioridade daqueles. (FREIRE, 1987, p. 137).

Assim, no modo de produção capitalista a educação não perpassa valores de emancipação ou de cidadania, não trabalha a dimensão humana, esta apenas se constitui como uma preparação para o mercado de trabalho. “Na medida em que se amplia a ação da lei de produção material, amplia-se a coisificação da existência humana. Este perde seu caráter concreto, criador e ganha uma dimensão abstrata.” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1975, p. 126).

A ideologia dominante desvaloriza a arte popular, a música, a poesia, a dança, a cultura e os mitos regionais. Assim, a educação perde seu significado ontológico, de objetivação e ganha um significado de alienação, baseado no lucro, no produtivismo. “A concepção e prática ‘bancárias’, imobilistas, ‘fixistas’ terminam por desconhecer os homens como seres históricos [...]” (FREIRE, 1987 p 72).

O conhecimento vira mercadoria e tem que se especializar a qualquer custo para se manter ativo dentro do mercado de trabalho globalizado e tecnológico. A educação se constitui, portanto, como reflexo de uma sociabilidade marcada pela

[...] globalização da economia, pela fome, pela pobreza, pelo tradicionalismo, pela modernidade e até pós-modernidade, pelo autoritarismo, pela democracia, pela violência, pela impunidade, pelo cinismo, pela apatia, pela desesperança, mas também pela esperança. (FREIRE, 1995, p. 59).

Neste contexto a intenção da escola é tornar o sujeito disciplinado, domesticado, que aceite as regras. Para a educação não ser apenas um meio para o sujeito cumprir um papel social, ela tem que ir além de capacitá-lo ela tem que libertar o homem. Precisamos de uma educação da prática, do cotidiano, que se constitua de forma horizontal. Como vemos na fala de Freire:

A experiência de estar por baixo leva os alunos a pensarem que se você é um professor dialógico, nega definitivamente as diferenças entre eles e você. De uma vez por todas, somos todos iguais! Mas isto não é possível. Temos que ser claros com eles. Não. A relação dialógica não tem o poder de criar uma igualdade impossível como essa. O educador continua sendo diferente dos alunos, mas – e esta é, para mim, a questão central - a diferença entre eles, se o professor é democrático, se o seu sonho político é de libertação, é que ele não pode permitir que a diferença necessária entre o professor e os alunos se torne antagônica. A diferença continua a existir! Sou diferente dos alunos! Mas se sou democrático não posso permitir que esta diferença seja antagônica. Se eles se tornam antagonistas, é porque me tornei autoritário. (FREIRE, 1987, p. 117).

Por tanto, a proposta do artigo é buscar embasamento para se pensar em uma nova educação baseada na ética, uma educação que integra e não que separa o sujeito, baseada em valores humanos-genéricos. Assim, o homem tem que ser visto pela educação em suas múltiplas dimensões: humanas, afetivas, racionais, lógicas. A construção do ser humano se dá por meio do tripé sociedade, indivíduo e espécie, cada um desses interfere um no outro e se modificam em um processo de auto-organização (MORIN, 2005).

Assim, o homem tem elementos que se atraem e se contradizem: “[...] somos sábios e loucos, trabalhador e lúdico, empírico e imaginário, econômico e consumista, prosaico e poético.” (MORIN, 2003, p. 58). Deste modo, para deixarmos de termos uma educação pautada no sistema mercadológico e pensarmos em uma educação que se pauta na ética precisamos ensinar a condição humana, uma educação que respeita e valoriza nossa humanidade (MORIN, 2005).

Além deste princípio o ser humano tem que ser situado no universo e não ser separado dele. Por tanto temos que valorizar a identidade terrena, nesta perspectiva temos uma identidade coletiva, em contato com o meio ambiente, valorizando as questões ecológicas, substituindo a super valorização do lucro por relações mais humanas. Ensinar a “compreensão”, ou seja, compreender o outro e si mesmo, se identificando com o outro, em um processo de empatia e não de separação, baseando-se no diálogo, no respeito da diversidade, valorizando o comunitário (MORIN, 2003).

Freire (1987) complementa essa questão, destacando que os educadores devem ter uma postura crítica, tendo como compromisso a libertação dessa classe e contra a ideologia opressora. O conhecimento tem que ser algo construído em

conjunto, de modo horizontal, relacionando a teoria e prática. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” (FREIRE, 1987, p. 52).

Precisamos relacionar a educação e a ética, desconstruindo uma educação voltada para o lucro, para o mercado e se voltando para uma educação pautada na ética, nos seres humanos, em uma educação para a cidadania.

## CONCLUSÃO

Com este artigo foi possível concluir que para buscarmos os valores humano-genéricos precisamos de uma reflexão ética. Assim é indissociável o termo humano-genérico e ética, os dois termos são intrínsecos.

Para concluir, retomo a frase do poema “Morte e vida Severina”, do autor João Cabral de Melo Neto (1994): “[...] somos muitos Severinos iguais em tudo na vida”. Apesar de cada sujeito ter uma individualidade, ser único, ter uma história de vida, temos em comum o fato de sermos humanos, mas, para além do gênero, temos uma unicidade humana, uma capacidade que é ontológica do ser social, que nos liga aos outros.

Assim, precisamos ter uma reflexão ética, porque só através dela que passaremos a nos reconhecer pela sua igualdade. A ideologia burguesa, o capitalismo, coisifica, fragmenta o ser humano. O “ethos” burguês se baseia na diferença, na alteridade, por isso, precisamos buscar uma educação baseada na ética, na igualdade.

No nosso século o sujeito está sendo impossibilitado de se construir enquanto humano-genérico, de construir uma identidade coletiva, uma identidade com o outro ser humano, este não se reconhece enquanto humano. O “ethos” e a educação burguesa são internalizados no cotidiano de nossas vivências, passados como natural, como “sempre foi assim e sempre vai ser”, visando manter a propriedade privada, com isso, impondo de forma subliminar seus valores conservadores e contribuindo com a alienação do sujeito.

A alta concentração de renda e a desigualdade social acabam sendo um limitante a liberdade. O indivíduo não tem escolha, não tem liberdade nesse sistema, fica preso a uma vida desumana. “Livre é o estado daquele que tem liberdade.

Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.” (FURTADO, 1989).

Portanto, precisamos buscar uma educação humana, que leve a uma nova sociabilidade mais justa, mais igualitária e mais humana, na qual os homens sejam realmente livres.

[...] os homens são iguais: todos têm iguais possibilidades humanas de se sociabilizar; a igualdade opõe-se à desigualdade – e o que a originalidade introduz entre os homens não é a desigualdade, é a diferença. E para que a diferença (que não se opõe a desigualdade, mas a indiferença) se constitua, ou seja: para que todos os homens possam construir sua personalidade, é preciso que as condições sociais para que se sociabilizem sejam iguais para todos. Em resumo: só uma sociedade onde todos os homens disponham das mesmas condições de sociabilização (uma sociedade sem exploração e sem alienação) pode oferecer a todos e a cada um as condições para que desenvolvam diferencialmente de sua personalidade. (PAULO NETTO; BRAZ, 2011, p. 57).

Assim, os valores humano-genéricos propõem uma educação que não se orienta pelo “eu”, mas pelo “nós”. Esta é a possibilidade do indivíduo singular se reconhecer no outro, se reconhecer enquanto indivíduo coletivo, não se reconhecer pela diferença, mas pela igualdade.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília, DF: Ed. UNB, 1985.

BARROCO, M. L. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético político do serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 27-42, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social, v.4)

BUCKINGHAM, W. et al. (Org.). **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2011.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

DROIT, R. **Ética: uma primeira conversa**. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2012.



- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'água, 1995.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Turim: Einaudi, 1975.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HOBBS, T. **Leviatã, ou, matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- HUNGARO, E. M; DAMASCENO, L. G; GARCIA, C. C. (Org.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação e saúde como direitos sociais**. Santo André: Alpharrabio, 2008.
- IASI, M. L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- ILHA das Flores. Direção Jorge Furtado. Produção: Casa de Cinema de Porto Alegre. Intérpretes: Júlia Barth, Paulo José e Ciça Reckziegel. Porto Alegre: Casa de Cinema de Porto Alegre, 1989.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MACEDO, U. **Introdução à teoria dos valores**. Curitiba: Ed. dos Professores, 1971.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Abril Cultural e Industrial, 1973.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano"**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MELO NETO, J. C. **Morte e vida severina: e outros poemas para vozes**. 34. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O método V: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2005. v. 5
- \_\_\_\_\_. **O método VI: a ética**. Porto Alegre: Sulina, 2006. v. 6
- PADILLA, T. **A ontologia axiológica de Louis Lavelle**. São Paulo: É Realizações, 2012.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de Serviço Social, V.1)

\_\_\_\_\_. Estado, política e emancipação humana. In: HUNGARO, E. M; DAMASCENO, L. G; GARCIA, C. C. (Org.). **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação e saúde como direitos sociais. Santo André: Alpharrabio, 2008.

PLATÃO. **República**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SERRÃO, M.; BALEEIRO M. C. **Aprendendo a ser e conviver**. São Paulo: FTD, 1999.

SILVA, R. D. **Formação profissional em Serviço Social na perspectiva da ética profissional e dos direitos humanos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

SILVEIRA, P.; DORAY B. (Org.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

Artigo recebido em: 16/04/2015

Aprovado em: 22/04/2016